

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Movimentos sociais em rede e seus impactos no Brasil			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sydenham Lourenço Neto	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Prof. Associado
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Movimentos sociais em rede se desenvolvem no Brasil desde pelo menos os anos 90, contudo, as manifestações de Junho de 2013 ampliaram muito o alcance e a atenção dada a eles. Movimentos em rede costumam ter pautas gerais, não corporativas e dessingularizadas, que possam aglutinar a maior quantidade possível de grupos e/ou pessoas. O uso das redes sociais da internet, embora não caracterize os movimentos sociais em rede, ampliou imensamente o poder de alcance de sua ação, permitindo desterritorializar as manifestações que potencialmente passaram a ter alcance mundial e simultâneo; aumentar a capacidade de responder em tempo real ao surgimento de novas demandas e obstáculos; e tornando a comunicação entre lideranças e militantes quase direta. Essas novas potencialidades ampliaram o caráter descentralizado dos movimentos em rede. Nosso objetivo é trazer algumas reflexões teóricas a partir da recente experiência brasileira. Por exemplo, discutir até que ponto a conceituação oferecida por autores como Alain Touraine e Charles Tilly para os movimentos sociais continua atual.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimentos Sociais, Movimentos em Rede, Protesto Popular no Brasil			
ABSTRACT			
<p>Networked social movements develop in Brazil since at least the '90s, however, the demonstrations in June of 2013 broadened the scope and much attention to them. Movements in the network usually have general guidelines, no natural and non-corporate, which can agglutinate the largest possible number of groups and / or individuals. The use of Internet social networks, while not characterize social movements in the network, greatly expanded the power range of its action, allowing deterritorialise manifestations that potentially now have global reach and simultaneously, increase the ability to respond in real time to emergence of new demands and obstacles, and making communication between leaders and militants almost direct. These new capabilities have expanded the decentralized nature of the movement network. Our goal is to bring some theoretical reflections from the recent Brazilian experience. For example, discuss to what extent the conceptualization offered by authors such as Alain Touraine and Charles Tilly for social movements remains current.</p>			
KEYWORDS			
social movements, movements social networking, protests in Brazil			
EIXO TEMÁTICO			
Estado e Luta de Classes			

MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE E SEUS IMPACTOS NO BRASIL

Alguns apontamentos teóricos

O movimento social clássico, que se desenvolveu a partir do século XIX, e prevaleceu até meados do século XX, foi o sindical. Teóricos importantes que tentaram conceituar os movimentos sociais, como Alain Touraine e Charles Tilly, mesmo quando tentam ampliar a gama de possibilidades de ações coletivas, pensam, ou pensaram, até os anos 60, principalmente em sindicatos. Segundo Touraine, as três características principais dos movimentos sociais são: a) Identidade; b) A causa, e com ela o adversário; c) A totalidade. É principalmente com essa última característica, a totalidade, que o autor explicita a centralidade da luta de classes. Por totalidade, o autor entende a necessidade do movimento social ter demandas gerais para a sociedade, associadas à luta de classes: “num tipo de sociedade – agrária, mercantil, industrial ou pós-industrial – existe somente um par de movimentos sociais, o que opõe as classes sociais em presença. (Touraine, 1977, p. 346). Quando discute os novos movimentos sociais, como o feminismo e o movimento estudantil o autor tenta enquadrá-los como manifestações de uma sociedade pós-industrial, sem, no entanto, quais seriam as lutas de classes próprias desse novo modelo de sociedade.

Charles Tilly, outro importante, teórico dos movimentos sociais, ao desenvolver sua classificação, o conhecido VUNC (Valor, Unidade, Número e Comprometimento), também está claramente pensando numa forma de organização centralizada e duradoura, com causas e repertórios de ação coletiva bem definidos (Tilly, 2010). Um modelo no qual os sindicatos se inserem facilmente, mas, muitas ações coletivas contemporâneas ficariam excluídas.

A partir da década de 60 do século passado, o mundo viu surgir um série de ações coletivas não podiam ser facilmente enquadrados na lógica corporativa e na visão clássica da luta de classes. Analistas chamaram esses movimentos por vários nomes: identitários, culturais ou simplesmente novos movimentos sociais (Gohn, 1997). Um dos maiores especialistas nesses novos movimentos sociais faz questão de utilizar o termo solidariedade com mais ênfase do que identidade, destacando que nesses novos movimentos sociais o sentimento de pertencimento, de solidariedade com uma causa, mesmo que efêmero, torna o agente de alguma forma parte da ação coletiva (Melluci, 1999). Identificação cultural e solidariedade passam a ser mais importantes que um lugar na estrutura produtiva, por exemplo, no momento de definir os participantes da ação coletiva. Aderir a um projeto, nas palavras de Castells (1999), pode definir um militante.

Feminismo, ecologismo, movimento negro, pacifismo, entre outros, costumam ser citados como exemplos de novos movimentos sociais. Contudo, frequentemente estes novos movimentos sociais repetiram formas organizativas e repertórios de manifestação mimetizados dos movimentos clássicos. Isto é, eles desenvolveram uma direção centralizada, tesouraria, realizavam assembleias e votações para decidir sobre suas ações, publicavam manifestos e declarações na imprensa tradicional. Alguns chegaram a se transformar em partidos políticos, que na prática pouco se diferenciam dos partidos tradicionais.

Mais recentemente surgiram os chamados movimentos sociais em redes, ou até mesmo redes de movimentos sociais. Em parte, isto foi uma forma de contornar a fragmentação decorrente do crescimento dos tipos de movimentos sociais. A explosão de entidades e ONGs pode gerar um problema de representatividade que pode ser contornado com a criação de fóruns que reúnem uma multiplicidade de entidades. O que caracteriza movimentos sociais em rede não é o uso de redes sociais, na realidade, eles são um fenômeno anterior à disseminação das redes sociais. Movimentos em rede podem partir de um grupo organizado, mas, convocam a adesão praticamente indiscriminada de grupos e até mesmo indivíduos que concordam com suas propostas, para participar, em geral, basta ser solidário à causa. Para compreendermos o que caracteriza os movimentos sociais em rede “é necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais.” (Scherer-Warren, 2008, p. 507).

Sindicatos que divulguem suas assembleias, pautas e atos em redes sociais não se transformam em movimentos sociais em rede, pois suas decisões continuam centralizadas em assembleias com participação corporativa e suas manifestações serão controlados pelo grupo dirigente da associação. Contudo, Sindicatos podem fazer parte de uma rede de movimentos sociais, e de fato, há muitos exemplos de fóruns que contam com a participação desse tipo de entidade.

O caráter aglutinador, espontâneo e descentralizado dos movimentos sociais nem sempre permite que as decisões sejam tomadas em assembleias, com todos os seus rituais e burocracia. É mais provável que várias reuniões decidam o modo como vários grupos irão participar do movimento. Isto rompe com qualquer característica corporativa e cria uma certa indeterminação no próprio modo como as manifestações são conduzidas.

Movimentos em rede costumam ter pautas gerais, não corporativas e dessingularizadas, que possam aglutinar a maior quantidade possível de grupos e/ou pessoas. O conceito de

dessingularização foi formulado pelo sociólogo francês Luc Boltanski; e significa que problemas que afetam indivíduos ou comunidades específicas precisam ser apresentados na esfera pública como causas legítimas, onde algum princípio de moralidade justifica a queixa. Isto é, a denúncia, por mais específica que seja, precisa ter o potencial de mobilizar ou pelo menos sensibilizar indivíduos e grupos que não estão sendo afetados diretamente pelo problema, mas, são capazes de desenvolver solidariedade e agir para impedir o que consideram uma injustiça (Boltanski, 1990).

Para que a dessingularização seja efetiva, evidentemente, ela precisa alcançar a esfera pública. A denúncia precisa alcançar a maior audiência possível, o que certamente aumenta a chance de atrair a solidariedade de um número expressivo de pessoas e grupos. Neste sentido, mesmo sem assumir todos os pressupostos da teoria da razão discursiva de Habermas, é necessário admitir que na democracia contemporânea grande parte do trabalho dos movimentos sociais é disputar o campo das ideias e participar do debate sobre justiça e moralidade (Habermas, 2003). A ampliação dos canais de acesso à esfera pública, portanto, faz parte da mudança do contexto de atuação dos movimentos sociais.

Nesse ponto, cabe voltar à questão do uso das redes sociais da internet. Embora esta prática não caracterize os movimentos sociais em rede, ela tem importantes consequências. As redes sociais da internet, na medida em que ganham centralidade e passam a disputar com a mídia tradicional a veiculação de informações e a formação de opiniões, permitem aos movimentos sociais ter um acesso direto à esfera pública, sem filtros ou intermediações de organizações corporativas da grande mídia. As redes sociais ampliaram imensamente o poder de alcance da ação dos movimentos sociais, permitindo desterritorializar as manifestações que potencialmente passaram a ter alcance mundial e simultâneo; aumentando a capacidade de responder em tempo real ao surgimento de novas demandas e obstáculos; e tornando a comunicação entre lideranças e militantes quase direta. Essas novas potencialidades ampliaram o caráter descentralizado dos movimentos em rede.

Reflexões sobre as manifestações recentes no Brasil

Em Junho de 2013, tivemos no Brasil as maiores manifestações de rua de nossa história, tanto do ponto de vista do número de participantes quanto da dispersão pelo país. Momentos históricos como a passeata dos 100.000, de 1968, o movimento Diretas Já e as passeatas dos caras pintadas foram superados. A revolta de Junho/Julho gerou uma grande quantidade de interpretações. Algumas das características que chamaram a atenção de quase todos os analistas

foram a falta de uma organização centralizada, as convocações por redes sociais a amálgama de movimentos e reivindicações, enfim, características típicas de um amplo movimento social em rede.

No Brasil, tivemos experiências anteriores de redes de movimentos sociais. O Fórum Social Mundial, que teve algumas das suas edições no Brasil, não deixou de ser uma tentativa de colocar em ação uma rede de movimentos sociais, com o objetivo de congregar as mais variadas demandas, mas também extrair pautas comuns e ações integradas. O movimento dos trabalhadores sem terra experimentou nos anos noventa uma fragmentação, com o surgimento de várias denominações, algumas de caráter regional, mas, também experimentou algumas tentativas de agregação através de movimentos sociais em rede, como a campanha das sementes, organizada pela Via Campesina (Scherer-Warren, 2008, p. 508). É interessante notar, que o Movimento Passe Livre (MPL), que teve um grande protagonismo nas manifestações de Julho de 2013, se organizou no Fórum Social de Porto Alegre, em 2005¹. Isto é, ele mesmo foi fruto de um movimento social em rede.

Mais recentemente, por ocasião da RIO + 20, movimentos sociais organizaram a Cúpula dos Povos. Esse evento teve uma direção formada por representantes de variados movimentos, que organizou debates, palestras e manifestações. Mas, em grande medida, a Cúpula se tornou uma espécie de “festival” de movimentos sociais, que se materializou na Marcha dos Povos que encerrou o evento.



Fonte: <http://sintuff.blogspot.com.br/2012/06/mais-de-50-mil-na-grande-marcha-da.html>

A origem das manifestações de junho de 2013 foi a campanha organizada pelo MPL contra o aumento das passagens de ônibus nas principais cidade dos Brasil. Antes de Junho, o MPL já

¹ Entrevista de Marcelo Pomar, fundador do movimento, em <http://www.brasildefato.com.br/node/13683>, consultado em 12 de Agosto de 2013.

tinha organizado algumas manifestações que foram duramente reprimidas, principalmente em Porto Alegre-RS. O movimento começou no início do ano, as primeiras manifestações em Porto Alegre ocorreram em Janeiro². Em São Paulo, segundo o próprio site do movimento, a primeira grande manifestação ocorreu em 06 de Junho de 2006. O movimento passe livre (MPL) tem algumas características tradicionais de organização, mas a forma como ele convocou as recentes manifestações foi claramente inspirada em movimentos em rede. O tema da mobilidade urbana é bastante aglutinador, dessingularizado e vem se tornando mais urgente com a recente onda de desenvolvimento e expansão urbana. Redes Sociais foram utilizadas não só para convocar as manifestações, mas, também para pedir a replicação das mesmas em todo o país.

Considerando que o MPL já tem alguns anos de atuação e nunca antes tinha conseguido tamanha adesão às suas reivindicações, a explicação para a mobilização que presenciamos em junho de 2013 precisa considerar aspectos conjunturais, como a exposição propiciada pela Copa das Confederações e o clima de insatisfação com o aumento da inflação, mas também o maior alcance de suas denúncias obtido através das redes sociais. O fato é que, como é próprio de movimentos sociais em rede, outras organizações se solidarizaram e resolveram participar da mobilização, muitas vezes levantando suas próprias demandas. A adesão de outros movimentos, como o Anonymous Brasil e o Change Brasil transformou as passeatas originalmente convocadas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus em uma “rede de movimentos sociais em rede” com uma gama muito maior de reivindicações.

Um interessante estudo do Laboratório de Estudos Sobre Imagem e Cibercultura (Labic), ao acompanhar a repercussão das manifestações nas redes sociais, mapeou as várias causas que se agregaram no formato de diversas hastags que foram compartilhadas teoricamente em solidariedade aos manifestantes, mas, apresentando pautas muito variadas e que não correspondiam necessariamente com as causas originais do protesto³. Essa ampliação do movimento, contudo, também extrapolou muito a capacidade organizativa do MPL.

A repressão policial, particularmente aquela sofrida pela manifestação em São Paulo, no dia 13 de junho, ampliou a pauta do movimento, que passou a ter como uma de suas bandeiras o próprio direito à manifestação. Ela também teve algum efeito sobre o modo como a grande imprensa, ela mesma vítima da repressão, passou a encarar o movimento. Foi clara, a “virada da

² <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/protesto-contr-aumento-da-passagem-mobiliza-centenas-de-pessoas-em-porto-alegre/>

³ <http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protostosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>

mídia” que no início tratou as manifestações de forma negativa, e posteriormente passou a apoiá-las.

O ponto máximo das manifestações de Julho foi a passeata de 20 de Junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro. Uma passeata que segundo a Polícia Militar reuniu mais de 150 mil pessoas, mas, que segundo entidades que participaram do movimento superou 500.000 participantes. O principal canal de televisão do país chegou a interromper sua programação normal para transmitir imagens ao vivo da passeata.



Fonte: (Arquivo pessoal do pesquisador) 20 de Junho de 2013, Av. Presidente Vargas, Rio de Janeiro

A passeata de 20 de Junho foi o auge, mas ao mesmo tempo foi o momento no qual ficou explícito um caráter problemático dessas manifestações: a rejeição às entidades organizadas, especialmente os sindicatos e partidos. Militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

chegaram a ser agredidos nesse evento⁴. Em movimentos em rede, é sempre problemático quando um grupo, particularmente se não foi ele que convocou originalmente as manifestações, tenta “tomar a direção”, lançando manifestos em nome de todos os participantes, ou mesmo tentando fazer com que passeatas sigam o seu carro de som e suas bandeiras. A rejeição à participação de partidos e sindicatos nas manifestações de julho, contudo, extrapolou muito essa compreensível tendência.

Nas manifestações da segunda quinzena de Junho de 2013, que se espalharam por várias cidades do país, houve claramente uma disputa pela centralidade. Se o movimento já havia suplantado a capacidade organizativa do MPL, a adesão de centenas de milhares de pessoas também fez com que suas pautas deixassem de ser orientadas por qualquer tipo de direção, ainda que compartilhada. Palavras de ordem como “não à corrupção”, “não à repressão”, “melhorar a saúde” e “melhorar a educação” são genéricas o suficiente para atrair os mais variados grupos do espectro político, organizados ou não. A questão do aumento das passagens deixou de ser central e uma miríade de reivindicações, algumas vezes contraditórias, pode ser identificada nas manifestações.

A falta de direção passou a se manifestar na própria forma como os protestos foram conduzidos, sem um carro de som, sem cantos reproduzidos por todos, e em alguns casos até mesmo sem um trajeto definido. Do ponto de vista da própria performática as jornadas de junho e julho inauguraram algo novo, que provocou considerável estranhamento nos velhos militantes, o Brasil foi apresentado ao fenômeno dos Black Blocks, que como os próprios membros afirmam, não constituem um movimento, mas, uma tática de atuação, quase uma performance.

Nesta mar de movimentos sociais, por que houve tamanha rejeição aos movimentos mais tradicionais, como sindicatos, e aos partidos políticos? Chegou a ocorrer por parte do PSTU e do próprio MPL a denúncia de que as manifestações estavam sendo apropriadas por grupos fascistas⁵. No conjunto de movimentos que se agregou às manifestações não podemos descartar a participação de grupos com tendências fascistas, contudo, a rejeição aos partidos por parte das massas que se mobilizaram nas jornadas de junho e julho de 2013 pode ter uma fonte mais profunda. É urgente refletir sobre as consequências de um discurso que praticamente criminaliza a ação parlamentar, enquadrando todos os partidos e instituições políticas como cúmplices da corrupção. Em certa medida, esse discurso pode explicar a rejeição aos partidos experimentada em algumas das manifestações. Infelizmente, parte da própria esquerda, que hoje é vítima da rejeição dos manifestantes desorganizados, incentivou a adesão a esse discurso.

⁴ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/militantes-da-cut-sao-agredidos-e-expulsos-de-protesto-no-rio-de-janeiro.htm>

⁵ <http://www.pstu.org.br/node/19798>

Movimentos sociais, em geral, querem uma ampla cobertura da grande imprensa, pois ela amplifica muito o alcance de suas ações. Por maior que seja a penetração das redes sociais atualmente, elas ainda não podem concorrer com a grande imprensa. Contudo, no caso específico das recentes manifestações, houve rejeição aos profissionais desta grande imprensa, que chegaram a ser vítimas de violência por parte dos manifestantes em várias cidades⁶ e que passaram a trabalhar sem a identificação de suas empresas. As agressões aos jornalistas provocaram até uma manifestação oficial da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão)⁷. Mas, não basta denunciar as agressões, é necessário refletir sobre porque os manifestantes, que em geral desejam a maior exposição pública possível de suas denúncias rejeitaram os representantes da grande mídia, enquanto recebiam muito bem os representantes da imprensa alternativa, como o mídia ninja, por exemplo. O coletivo mídia ninja assumiu uma posição de defesa dos manifestantes, e a despeito de críticas que possam ser feitas a sua atuação, obteve uma boa recepção por parte daqueles que participaram dos atos de protestos, em contraste evidente com aquela recebida pela grande mídia. Isto merece uma reflexão que dificilmente a própria grande imprensa fará.

Ficou demonstrado que a característica de levantar pautas genéricas é, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza dos movimentos em rede. Força, porque é capaz de atrair centenas de milhares de pessoas espalhadas por todos os cantos do país simultaneamente; fraqueza, porque estes aderentes podem seguir as manifestações com suas próprias pautas e objetivos, de uma maneira que nem sempre é possível coordenar.

Esses apontamentos são mais analíticos do que práticos e de forma nenhuma pretendem orientar a ação do movimento. Contudo, se os grupos de esquerda que estiveram na origem das primeiras convocações pretendem recuperar a direção das manifestações, eles precisarão objetivar o máximo possível as suas reivindicações e assumir um papel de protagonista, inclusive, nos aspectos práticos das manifestações. No momento em que finalizamos esse texto, já podemos presenciar um esvaziamento das manifestações, enquanto grupos e partidos de esquerda debatem até que ponto vale a pena continuar participando de atos que eles claramente não conseguem dirigir.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E. Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). (2000) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte, Editora UFMG,.

6

http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/ultimas_noticias/59530/carro+de+reportagem+do+sbt+e+queimado+durante+protestos+no+rio+de+janeiro+rj

7 <http://www.abert.org.br/site/index.php?/noticias/todas-noticias/jornalistas-sao-agredidos-e-veiculos-atacados-por-vandalos-em-protestos-pelo-pais.html>

BATISTA, Jandré Correa & ZAGO, Gabriela da Silva. (2010) Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunicação no caso #forasarney in *Estudos em Comunicação* nº8, 129-146 Dezembro de 2010

BOLTANSKI, Luc. (2000) *El Amor y la Justicia como competências: Tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu editores.

_____ & THEVENOT, L. (1991) *De La Justification – Les Economies des Grands*. Paris: Gallimard.

CASTELLS, Manuel (2000). *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

GOHN, Maria da Glória. (2007) *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (1991) *Movimentos Sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Ed. Loyola

_____ (1985) *A Força da Periferia – A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes.

HABERMAS, Jürgen (2003). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II, 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MELUCCI, Alberto. (1996) *Challenging Codes – Collective action in the information age*. Cambridge University Press.

_____, Acción colectiva. (1999) *Vida cotidiana y democracia*, México. El Colegio de México, *Centro de Estudios Sociológicos*, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2005) *Redes de Movimentos Sociais*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (2008). *Redes de Movimentos Sociais na América Latina: Caminhos para uma política emancipatória?* Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez.

TILLY, Charles. (1978) *From mobilization to Revolution*. New York: Newbery Award Records.

_____ (2010) *Movimentos Sociais como política*. In: *Revista Brasileira de Ciência Política, Movimentos Sociais e Ação Coletiva*, UNB, Brasília.

TOURAINÉ, Alain (1977). *Os movimentos sociais*. In: *Sociologia e Sociedade*. (Leituras de introdução à Sociologia). Foracchi, Marialice Mencarini; Martins, José de Sousa (Orgs.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.